

PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 13 SETEMBRO DE 2010

NÚMERO 6.207

**16ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa**  
**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Jorginho Mello  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco De Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Antonio Aguiar  
Dirceu Dresch  
Décio Gôes  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Sargento Amauri Soares  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Gôes - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Valdir Cobalchini  
Gilmar Knaesel  
Narcizo Parisotto  
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Ronaldo Benedet  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça (Peninha) -  
Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Serafim Venzon  
Dirceu Dresch  
Romildo Titon  
Sargento Amauri Soares  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Dado Cherem  
Dirceu Dresch  
Elizeu Mattos  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Gilmar Knaesel  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Nilson Gonçalves  
Pedro Uczai  
Kennedy Nunes  
Valdir Cobalchini  
Ronaldo Benedet  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Sílvio Dreveck  
Valdir Cobalchini  
Elizeu Mattos  
Renato Hinnig  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Dirceu Dresch - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Onofre Santo Agostini  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Darci de Matos  
Dado Cherem  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Genésio Goulart  
Prof. Odete de Jesus  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Ronaldo Benedet  
Valdir Cobalchini  
Onofre Santo Agostini  
Gilmar Knaesel  
Professora Odete de Jesus  
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Edison Andrino  
Valdir Cobalchini  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Pe. Pedro Baldissera  
Lício Mauro da Silveira  
Rogério Mendonça (Peninha)  
Genésio Goulart  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**  
Jean Kuhlmann  
Serafim Venzon  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Joares Ponticelli  
Antônio Aguiar  
Ronaldo Benedet  
Romildo Titon  
Prof. Odete de Jesus

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2207</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 083ª Sessão Ordinária realizada em 02/09/2010 .....2 Ata da 027ª Sessão Extraordinária realizada em 02/09/2010 .....8</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas da Procuradoria.....11 Lei .....11 Portarias .....12</p>
--	--	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2010

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se à produção de leite no estado.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Faz um balanço do atual momento político.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Reporta-se ao enfraquecimento do papel do estado catarinense.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Manifesta-se a respeito do subsídio vitalício para ex-governadores; reporta-se à importação do peixe panga.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reporta-se à morte do vereador Jamico.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Aborda a questão das drogas.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Registra a presença na Casa de lideranças dos municípios de Palma Sola e São José do Cedro.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Solicita homenagem da Alesc à família do vereador Jamico, de Araquari.

**DEPUTADO RONALDO BENEDET** - Reporta-se ao problema das drogas.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Ronaldo Benedet.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Manifesta-se a respeito dos 160 anos de Blumenau; aborda o atual momento político.

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Discute PL 0303/2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)  
Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, queremos trazer, hoje, um assunto que preocupa bastante o oeste catarinense neste momento, principalmente os agricultores e agricultoras familiares, que é o momento em que vivem os produtores de leite da região.

Há, hoje, em torno de 70 mil famílias, deputado Silvio Dreveck, no estado, 70 mil agricultores familiares que têm na produção do leite uma atividade importante de renda. E o setor industrial que gira em torno dessa atividade, seja agropecuária ou de insumos, rações que os agricultores compram pós-produção, a indústria que industrializa o produto, gera emprego, gera renda, nos municípios. Em torno de 450 milhões de litros de leite por mês vêm para os municípios, gerando recursos no valor de aproximadamente R\$ 200 milhões/ano para as comunidades dessa produção tão importante.

Então, o crescimento econômico do Brasil, o crescimento de renda dos trabalhadores brasileiros abre, com certeza, uma perspectiva muito positiva de ampliar esse número de agricultores. É verdade que nós estamos também ampliando a produção por propriedade. Temos em torno de 30 mil agricultores familiares, deputado Moacir

Sopelsa, que produzem até 100 litros de leite/dia nas propriedades.

Assim sendo, essa atividade caiu em cheio na mudança para a região na produção de grãos, já que a produtividade aumentou muito, ou seja, a produção no centro-oeste do Brasil, no norte, inclusive.

Aqui no sul, as pequenas propriedades não conseguem competir com as grandes propriedades na produção por causa do volume produzido em grandes quantias nas grandes propriedades, e a agricultura familiar tem dificuldade de competir no preço do produto, eis que aumenta a cana de açúcar, aumenta a produção de grãos, de soja, de milho para o centro-oeste, para o sul, para as pequenas propriedades.

Então, por um lado é um fator positivo para a geração de emprego, para a geração de renda nos pequenos municípios, deputado Décio Góes, pois quando chega o cheque do leite, do dia 1º ao dia 10, os municípios se movimentam, a economia do município se movimenta, porque é gerado ali um grande recurso, uma renda grande para o comércio, para a indústria, para o desenvolvimento dos nossos municípios.

Em grande parte dos nossos municípios, principalmente do grande oeste catarinense, a economia é gerida pela aposentadoria dos agricultores, pela produção de leite nesses municípios, enfim, em outras atividades, mas essas duas entradas de recursos nos municípios são fundamentais.

Neste momento, os agricultores estão passando por momentos de preocupações, pela ameaça de estiagens, eis que a falta de chuvas na região há quase 30 dias diminui as pastagens e a produção vem caindo. Segundo técnicos da Epagri, pode chegar próximo dos 20% a redução da produção em muitas propriedades. Por outro lado, temos aí a entrada de produtos de outros países, como o leite.

Mas o porquê da entrada desses produtos tem dois motivos: um deles é a troca de produtos no Brasil, a questão da balança comercial, que ele traz para fora, para trocar produtos industrializados por leite, porque em outros países o leite está mais barato. Nós temos percebido o preço do produto aqui no Brasil e a questão do pagamento para os agricultores. E digamos que esse é um valor bom para esses últimos anos. Dessa forma as empresas também podem ter interesse em buscar esse produto fora do país a um preço menor do que aquele cobrado pelos agricultores.

Precisamos levantar isso e estamos procurando mais informações. Há também toda uma discussão das indústrias em reduzir a margem para os agricultores, inclusive o próprio Sindileite tem discutido isso de diminuir um pouco essa margem, para que os agricultores recebam sobre o produto final que o consumidor paga.

Então, queremos chamar a atenção para essa perspectiva. Inclusive, este deputado apresentou quatro projetos nessa linha de manter as pequenas propriedades produzindo leite. E temos que fazer um esforço concentrado para que essas 70 mil famílias possam ser aumentadas, para que mais agricultores entrem nessa cadeia, mas que nós não façamos o que aconteceu com a suinocultura. Isso não pode acontecer, para que possamos manter a produção do leite nas propriedades de forma sustentável, com as próprias famílias cuidando do meio ambiente, para que possamos dialogar com a sociedade, porque essa atividade é de interesse social.

Por isso temos que trabalhar aqui os projetos que foram apresentados e que ainda

não foram aprovados por esta Casa, o que iria trazer mais segurança aos nossos agricultores, para que, de fato, eles possam continuar investindo e produzindo leite por muitos e muitos anos, tendo nessa atividade uma renda importante.

Temos certeza de que os investimentos que o governo federal tem feito, através do Pronaf, estão melhorando as estruturas das propriedades, seja em maquinário, em genética ou em qualidade do leite, e tudo isso é muito importante.

Agora, o que precisamos é que a Epagri possa ajudar mais nas propriedades, nas comunidades e nas universidades, para melhorar a qualidade, já que no ano que vem a Normativa n. 51 regulará a questão da qualidade do leite, e que os agricultores não sejam excluídos pela condição, pela qualidade do leite que eles produzem na propriedade.

Temos, sim, que fazer programas educativos, de formação aos agricultores, capacitação, para que eles possam continuar nessa atividade.

Vemos com bastante preocupação a questão da redução do preço do leite aos agricultores, porque muitos fizeram financiamentos, estão investindo, estão melhorando a qualidade do produto, já que é uma das exigências do ministério da Agricultura, do mercado, de que a qualidade seja cada vez melhor para atender aos nossos consumidores que compram esse produto.

Então, quero deixar esse alerta, essa preocupação! Vamos acompanhar de perto esse processo, toda essa problemática da redução de preço, a questão da falta de chuva, de tudo que vai ocorrer nos próximos dias. Vamos acompanhar e orientar os agricultores nas nossas caminhadas pelo estado afóra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não cabe aqui ao presidente, deputado Dirceu Dresch, comentar pronunciamentos dos parlamentares, mas quero pedir vênua e dizer que é verdade a situação que está passando o produtor de leite. E é também verdade que essa é a renda principal de muitos produtores, e agora, além da estiagem, está ocorrendo essa entrada de leite de outros países, concorrendo com o nosso produtor.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, pessoas aqui presentes neste Parlamento, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, nossos companheiros, servidores da Segurança Pública, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que estão nos ouvindo pela TVAL, pessoas que tem-nos falado que podemos, de vez em quando, fazer uma referência a algumas unidades, como o Companhia de Guarda, que enquanto trabalham acompanham a TVAL. Um grande abraço a todos os companheiros que nos acompanham através da TVAL neste momento.

Eu falava ontem, sr. presidente, sobre o abandono da maioria da população, por parte do estado, na medida em que os serviços essenciais estão sendo desmantelados - Sserviços essenciais na área da saúde, da segurança, da educação, da assistência social, de fomento, de apoio à pequena agricultura e ao pequeno comércio.

A maioria da população está abandonada também e é preciso fazer essa reflexão, porque a nossa democracia representativa, na minha avaliação, está em crise.

Nas incursões, no mergulho nas

bases da sociedade catarinense que temos feito pudemos constatar que, através do financiamento privado, empresarial, de campanha, aqueles que detêm o poder econômico na sociedade acabam detendo também o poder político, ou seja, quem domina na economia domina também na política.

A maioria da população entra apenas com o voto e talvez com algumas migalhas que neste momento caem da mesa farta dos quatro anos de usos e abusos do poder.

Neste momento todos falam em fortalecer a educação, todos são defensores da saúde e todos adoram a segurança pública. A partir do dia 04 de outubro parece que, embora o discurso não seja tão claramente negado, a prática cotidiana mostra que o estado está a serviço dos grandes interesses econômicos, daqueles grupos empresariais que financiam as campanhas, e a maioria da população fica no abandono.

Parece fácil quando falam em resolver os problemas da segurança, da saúde e da educação, isso agora, a menos de um mês da eleição, parece fácil e todos têm uma solução milagrosa para resolver esses problemas. Todos se comprometem e buscam barganhar votos junto às pessoas nos diferentes setores da sociedade, talvez com a promessa vaga de algum benefício particular de alguns líderes, de locais, de trabalho, de moradia ou por alguma vantagem particular, momentânea, muitas vezes ilusória, quando não mentirosa. E assim que arrebanham a maioria dos votos se voltam àqueles que estão a serviço dos grandes interesses econômicos.

É preciso refletir sobre isso e sobre a reforma política, que tanto se fala neste país e que nunca sai. Talvez nunca saia porque do jeito que se encontra está bom, senão vejamos: os poderosos continuam poderosos, quem sempre dominou a economia continua dominando, quem sempre lucrou com a miséria da maioria da população continua lucrando, quem sempre explorou continua explorando.

E os serviços essenciais, através da sonegação fiscal, das isenções fiscais para grandes empresas - aprovadas aqui neste Parlamento -, acabam fazendo com que a maioria da população fique abandonada porque o estado não está prestando a segurança pública necessária, a saúde pública necessária e a educação pública necessária.

É preciso que todos os servidores saibam disso, porque precisamos, efetivamente, de mais contratações no serviço público. É preciso parar de privatizar o serviço público de várias formas, como tem sido feito, com o aval do Poder Legislativo catarinense.

É preciso que o estado contrate mais servidores na saúde, na educação e na segurança pública, ou seja, policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, agentes prisionais e monitores.

Sabemos que 11 mil professores no estado de Santa Catarina são ACTs, admitidos em caráter temporário. Essas pessoas têm a tarefa importante de transmitir o conhecimento para as novas gerações. E elas entram em fevereiro, perdem o emprego em dezembro e passam o Natal desempregadas.

Na verdade, e não querendo usar uma palavra pesada, aqui em Santa Catarina há 11 mil bolas-frias da educação, e os gestores continuam dizendo que revolucionaram tudo.

Na segurança pública falta de tudo, principalmente servidores e respeito com os servidores da segurança pública.

Nós queremos tão pouco: a anistia, para quem lutou pela 254, tão prometida, e que não foi paga - tão prometida e não paga; a incorporação dessa penca de abonos, que é o que vale tanto para nós da segurança pública

quanto para os servidores da saúde e da educação; a realização do plano de carreira para valorizar aqueles que estão carregando a segurança nas costas há mais de 20 anos, há mais de duas décadas, eis que militares com 24 anos de serviço ainda, sr. ex-governador Luiz Henrique, são soldados. E há vagas de cabo e sargento sobrando.

É preciso respeito aos servidores da segurança pública, aos servidores da saúde, da educação e a todos os servidores. É preciso apoio à agricultura familiar e à pequena agricultura, como o deputado Dirceu Dresch falava aqui. Mas através de financiamento privado de campanha, empresarial de campanha, o estado vai continuar trabalhando, infelizmente, para aqueles que financiam. Embora o discurso, neste momento, seja para todos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, quero apartear-lo justamente para falar um pouco nisso que v.exa. levanta, do enfraquecimento do papel do estado catarinense.

Nós sempre defendemos, e v.exa. também defende, as áreas da segurança, saúde, educação e o tratamento aos funcionários, aos trabalhadores, que fazem um serviço lá na ponta, na segurança, na saúde, e que precisam ser bem tratados. Isso não está ocorrendo aqui em Santa Catarina, há um desespero de uma grande parte do funcionalismo, dos trabalhadores do serviço público, por esse tipo de tratamento, por essa falta de condições, de estrutura, pela desestruturação que aconteceu no estado catarinense nesses últimos anos.

Então, quero parabenizá-lo. E dizer que é preciso fortalecer o estado, a política pública.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch!

Para concluir, quero dizer que esperamos do futuro governo, da futura governadora ou futuro governador, tão-somente respeito, um tratamento digno aos servidores e à maioria da população que precisa do nosso serviço. É essa a nossa luta, é por isso que batalhamos todos os dias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, quero tratar de dois temas na manhã de hoje. O primeiro deles é referente ao subsídio vitalício dos ex-governadores.

No dia de ontem, na Assembleia Legislativa, recebi por parte do governo do estado uma solicitação para que autorizasse a prorrogação de um pedido que havia feito ao governo do estado com relação a Luiz Henrique da Silveira, se estava ou não recebendo os subsídios vitalícios de ex-governador: se recebe um, se recebe dois. E para minha surpresa, o encaminhamento feito através da secretaria de estado de Coordenação e Articulação pedia mais 30 dias para que pudesse fornecer as informações.

Vejam que é um pedido simples e, em questão de minutos, daria para responder ao pedido encaminhado ainda no dia 14 de julho de 2010. Portanto, foi-se basicamente a metade do mês de julho, agosto inteiro, entramos em setembro e veio o pedido de

prorrogação por mais 30 dias para fornecer uma informação.

É claro que não é a questão da complexidade, da dificuldade de poder fornecer o que foi solicitado. A verdade é que se tenta, através dessa forma, camuflar um pouquinho e impedir, como fiz com os outros governadores do estado de Santa Catarina, que se faça também com o ex-governador Luiz Henrique, que deve estar recebendo, por informações já veiculadas na imprensa, o subsídio vitalício de ex-governador igual a R\$ 24 mil. E aqui me leva a interpretar que não recebe apenas um; deve estar recebendo dois, o que corresponde a R\$ 48 mil.

Por isso, o pedido para que se prorrogasse o tempo para repassar a informação para este deputado. É claro que não concordei e não aceitei este pedido. Espero que aqueles que são os responsáveis encaminhem-nos o quanto antes, porque o prazo aqui já está esgotado, para que possamos fazer, assim como fizemos com todos os outros governadores, através de ação popular, com que o subsídio vitalício dos ex-governadores seja extirpado, acabe, porque é um ônus enorme ao Tesouro do estado.

Fizemos um cálculo que, aproximadamente, teremos uma despesa mensal em torno de R\$ 300 mil a partir de janeiro de 2011. Quantas políticas públicas poderíamos realizar, fazer e efetuar com esses recursos? Infelizmente, a injustiça paira e faz-se presente no sentido de efetuar o pagamento do subsídio aos ex-governadores.

Aguardo para que eu possa receber nos próximos dias e que o mais rápido possível possamos entrar na Vara da Fazenda exatamente para impedir o pagamento do subsídio vitalício dos ex-governadores ao ex-governador Luiz Henrique.

Outra informação importante é fruto de toda uma mobilização por parte da nossa comissão de Pesca e Aquicultura e através de uma audiência pública que realizamos em Chapecó, onde centenas de produtores, de agricultores familiares que trabalham com a cadeia produtiva do peixe, fizeram-se presentes no sentido de impedir a importação do peixe pangásius, o panga, do Vietnã, que, na verdade, tem atrapalhado, e muito, os nossos agricultores familiares, os piscicultores que trabalham na cadeia produtiva do peixe e que dele tiram a renda para a sua sobrevivência.

Na época da audiência pública, havíamos solicitado ao ministro da Pesca e Aquicultura que tomasse providências urgentes e rápidas com relação à importação desse peixe, do filé do pangásius, até diante das suspeitas que se tem analisado com relação à qualidade, à origem, às questões sanitárias desse mesmo peixe que vem para o nosso país, para todos os estados da União.

Em alguns países o peixe tem sido impedido de ingressar. E foi diante disso que nós solicitamos ao ministro que tomasse algumas providências. Inclusive, recebi a Portaria n. 53, de 26 de agosto de 2010, que traz exatamente presente a suspensão da importação do filé do panga, do pangásius, exatamente para proceder à análise de risco da importação. Foi uma atitude corretíssima que o ministro tomou, porque se há indícios, e até que se apure a real condição, é preciso que suspenda a importação do filé do panga. E foi isso que o ministro fez através da Portaria n. 53, de 26 de agosto de 2010, e de acordo com a Instrução Normativa n. 12, de 20 de agosto de 2010.

Portanto, quero aqui reconhecer o rápido atendimento das nossas solicitações da audiência pública realizada em Chapecó, por parte do ministro da Pesca e Aquicultura do

governo Lula, Altemir Gregolin, na emissão dessa portaria que ajudará, e muito, a todos os produtores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, utilizaria esses minutos do nosso partido, gostaria de prestar uma homenagem muito especial a uma figura que eu poderia dizer a v.exas. que é das mais importantes dentro do contexto político do município de Araquari, uma cidade que é vizinha de Joinville, faz parte de Joinville, uma cidade satélite de Joinville.

Eu me refiro ao vereador Jamico, conhecido assim, que já estava na quinta legislatura, uma liderança das mais importantes dentro do contexto político daquele município. Eu mantinha com ele laços políticos e de amizade por longa data.

O vereador Jamico, juntamente com o vice-prefeito Paulino Sérgio Travasso, o vereador Clenilson e mais o secretário Graciliano David Cardoso, forma um grupo de lideranças políticas do nosso PSDB, no município de Araquari. E sempre que se tinha que tomar alguma uma posição ou uma decisão, essa conversa passava, forçosamente, pelo vereador Jamico, meu parceiro, meu amigo.

A última vez que estive na casa do vereador Jamico foi no sábado retrasado. Sentamos na varanda de sua casa, um lugar agradável, gostoso, juntamente com a sua esposa. E não demorou muito chegaram alguns dos seus vários filhos, já adultos. Rimos, conversamos, conjecturamos sobre os mais variados assuntos, evidentemente, sobre política e o momento atual que vivemos, as projeções de trabalho etc.

O vereador Jamico estava feliz, contente, e ficamos lá pelo menos uma hora e meia. Eu me despedi com um caloroso e forte abraço no vereador Jamico e na sua esposa e segui minha viagem. Eu ia para São Francisco do Sul, depois Barra do Sul, Barra Velha e Guarimirim. Este era o meu itinerário naquele dia.

Na terça-feira, mal cheguei ao meu escritório e recebi a notícia de que o vereador Jamico havia morrido. E já estava no meu *site*, na minha página, e para quem não sabe e quiser acessar é [www.nilsongoncalves.com.br](http://www.nilsongoncalves.com.br), a minha foto, sentado na varanda da casa do vereador Jamico. Eu mal cheguei e fiquei sabendo da morte daquele velho companheiro. Foi como levasse um muro na boca do estômago, foi um choque. Fiquei extremamente chocado e imediatamente corri para Araquari. A sua esposa e a família estavam inconformadas, os amigos, chocados. Enfim, a vida daquelas pessoas virou do avesso, ficou de pernas para o ar.

Eu, que tinha naquele vereador uma das minhas referências naquele município, fiquei também chocado tanto quanto os demais. Por que o vereador Jamico morreu? Simplesmente de um ataque cardíaco fulminante, mal deu para chegar ao hospital na madrugada de segunda-feira para terça-feira ou de terça-feira para quarta-feira, se não estou enganado.

Então, olhando uma por uma aquelas fotos do vereador Jamico naquela varanda - e até revelei as fotos que tínhamos tirado para levar para a sua família - calmamente fiz uma reflexão sobre a minha vida. Até porque há

alguns meses perdi outro parceiro político, outro companheiro no município de Guaramirim em condições parecidas: o vereador Marcos Mannes.

O nosso pessoal da Casa Amarela fez uma oficina naquele município ensinando a mais de 50 senhoras daquela localidade a fazer artesanato. E todo esse trabalho foi organizado pelo vereador Marcos Mannes. Estivemos lá no encerramento entregando o diplomazinho àquelas senhoras, e o vereador estava entusiasmadíssimo, conversando e fazendo projeções para o futuro.

Alguns dias depois, recebi a triste notícia da sua morte, também vítima de um ataque cardíaco fulminante. Era um rapaz com 48 ou 49 anos. Aí fiquei analisando essas coisas e fazendo uma análise da minha própria vida. E hoje estou aqui conversando, falando com v.exas. da tribuna desta Casa, e daqui a pouco seguirei viagem para a minha terra. Mas quem me garante que eu vou estar vivo à tarde, à noite, amanhã? Quem garante a nossa vida? Quem sabe da nossa vida? Nós somos tão frágeis e podemos, de uma hora para outra, sair desta vida.

Quando faço essa reflexão analisando a nossa fragilidade como seres humanos, fico analisando também determinadas pessoas do meio político até, porque é onde mais convivemos, soberbas, orgulhosas, ambiciosas, muitos, inclusive, achando-se acima do bem e do mal. Muitos, inclusive, olhando por cima do ombro como se fossem imbatíveis ou eternos. Mal sabem essas pessoas que orgulho, prepotência e ambição não nos somam exatamente nada, porque a única coisa que podemos fazer para sair bem deste mundo é praticar o bem ao próximo, é estar de bem com o próximo, é estar de bem com a família e de bem conosco. É somente isso que interessa e mais nada, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesch Digital, venho falar de um assunto que, no andar da nossa caminhada, tem sido algo muito relevante, que é a questão das drogas. Tenho certeza de que essa é uma preocupação de todos os deputados que estão ouvindo as pessoas: as famílias estarem passando uma dificuldade tão grande com relação às drogas.

Queremos mostrar aqui para a sociedade catarinense aquilo que defendemos, aquilo que acreditamos que deve ser feito em relação às drogas.

Primeiro, tem que ser feita alguma coisa para não deixarmos as crianças entrarem no mundo das drogas. E falamos, hoje, que a droga é o mal do século, principalmente o crack. E a Polícia Militar, deputado Sargento Amauri Soares, realiza o Proerd com as crianças, um programa fantástico que os meus filhos também fizeram. Ele serve para tentar imunizar, tentar criar um *teflon* nas crianças para que não entrem no caminho das drogas. Mas isso não é o bastante, não adianta o Proerd estar formando crianças para combater a droga enquanto o governo não faz a sua parte, que é criar uma política pública nesse sentido.

No início, droga foi um problema de pessoas revoltadas, desocupadas, hoje virou um problema de dinheiro, de lucratividade. Hoje

o tráfico de drogas fatura muito mais do que empresas multinacionais, deputado Jorginho Mello. Precisamos entender que, quando se tem um problema desses que destrói toda uma sociedade, que destrói uma família e a vida de um indivíduo, deve-se ter isso como um problema de política pública.

Os Estados Unidos agora consideram o problema do crack, da droga, como uma questão de saúde pública, deputado Antônio Aguiar, e de segurança pública, porque o viciado em droga quando não consegue mais o dinheiro para comprá-la começa a praticar pequenos furtos, muitas vezes dentro de casa. Quando acaba o que roubar em casa, ele vai para a rua assaltar, matar, para sustentar o seu vício. E não estamos falando de pessoas com mais de 18 anos.

Eu estava conversando com um conselheiro tutelar de Joinville que disse que existem crianças de sete anos em Joinville viciadas em crack. Eu tenho um menino de 10 anos e uma menina de 12 anos e fico imaginando como uma criança de sete anos pode estar viciada em crack. E mais, assistindo a um programa de televisão sobre esse tema, vi recém-nascidos com crise de abstinência, porque a mãe usava crack durante a gestação. Então, a criança depois de nascer já tem crise de abstinência. Imaginem recém-nascidos com crise de abstinência por causa de droga. Onde vamos parar?

Há, em Santa Catarina, três mil leitões de recuperação de viciados, mas estão ligados à entidades filantrópicas quase sempre, às vezes estão ligados a alguma empresa, a alguma entidade religiosa. Esses três mil leitões estão recuperando moças e moços viciados no crack que querem dar uma saída para sua vida, para seu problema. Muitas vezes dependem da ajuda comunitária, da campanha do quilo, feita pelas igrejas, da arrecadação em verdureiros dos produtos que não prestam mais, que em vez de serem jogados fora vão para lá. Eles vão catando aqui e ali para conseguir dar alimentação para essas pessoas que estão tentando se livrar do vício do crack.

O governo nada faz por essas entidades. Na estrutura do governo há, na secretaria de Saúde, um setor que cuida do problema das drogas? Esse setor cria algumas campanhas para dizer que droga não é bom. Mas todo mundo sabe que droga não é bom. Todo mundo sabe que droga é um mal. Mas o que o governo está fazendo por isso?

E por conta disso eu levei ao governador Leonel Pavan um projeto de lei, deputado Nilson Gonçalves, destinando 0,2% do Fundo Social para criar uma rubrica, uma verba específica para que se consiga com esse dinheiro, que dá em torno de R\$ 600 mil por ano, realizar convênios com as entidades, deputado Antônio Aguiar, que estão tratando da recuperação desses jovens. Mas isso não é o suficiente! É preciso criar políticas públicas para que empresas possam receber algum tipo de incentivo fiscal para dar empregabilidade para esses jovens.

Eu tenho dito que o usuário do crack é igual a um porquinho, Deputado Décio Góes. Você lava o porquinho, coloca perfume, laçinho, mas se o largar, para onde ele vai? Ele vai para o chiqueiro, por quê? Porque é da sua natureza!

Quem entra na vida do crack pode sair são da clínica depois de meses de tratamento, mas se ele não tiver ocupação, ele volta para o crack de novo. Esta tem que ser uma preocupação de estado, por quê? Porque muitos dos furtos, muitas das violências hoje cometidas em Santa Catarina são resultado da venda e do consumo de drogas.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar que está de cadeira de rodas aqui.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa. por este tema e dizer que realmente este é um problema não só do governo municipal nem do estadual, mas da sociedade catarinense e da sociedade brasileira. Nós, catarinenses, precisamos sair na frente, como já estamos saindo, pois há empresas de televisão apoiando o crack.

Eu quero dizer a v.exa. que nós devemos criar em Santa Catarina estruturas para que as pessoas que usam o crack tenham a chance de se recuperar, e para essa recuperação não basta que haja somente ações do governo municipal ou estadual. O pai e a mãe dessa criança têm que estar junto para saber por que o filho fez uso do crack. Talvez não estivessem cuidando bem do seu filho.

Então, nós temos que recuperar o usuário do crack uma vez que, em cinco anos de uso, 1/3 deles morre, o outro 1/3 continua usando a droga e o outro 1/3 tenta a recuperação. Nós temos que criar condições para essa situação melhora.

Parabéns, deputado Kennedy Nunes, pelo excelente tema.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado Antônio Aguiar! Eu peço só mais 30 segundos para terminar. V.Exa. falou uma coisa muito certa com respeito ao pai e à mãe nesse processo.

Eu quero colocar uma experiência própria de como a minha mãe e o meu pai criaram os filhos no sentido de não fazerem uso de droga. Deputado Nilson Gonçalves, eles esperavam que chegássemos da aula, à noite, para nos dar um beijo e um cheiro. A minha mãe dava-me um beijo e um cheiro forte no meu pescoço. E eu pensava: "Nossa, como a minha mãe gosta de mim, sempre me dando um cheiro." Hoje sei que eles faziam aquilo para saber se eu não estava bebendo ou fumando.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, o extremo oeste de Santa Catarina se faz presente na manhã de hoje no plenário desta Casa. Nós estamos recebendo duas importantes delegações do extremo oeste, dos municípios de Palma Sola e São José do Cedro. E, aliás, sr. presidente, o prefeito em exercício é do PDT, do seu partido.

Parabenizo v.exa. por estar recebendo aqui a delegação desses dois municípios, composta pelos vereadores de Palma Sola: Marcio Sutili, do PSDB; Rodrigo Calegari, do PMDB; Gilmar Pauletti, do PP; e pelos vereadores de São José do Cedro: Elandir Zanardi, Arlindo, Dilaine Lazaretti, que estão, nesta Casa, para uma reunião com v.exa. e também com o deputado Gelson Merísio, para tratar da estadualização da rodovia que liga Palma Sola a São José do Cedro, uma nova rota de escoamento da produção tão importante para o extremo oeste de Santa Catarina.

E fiz questão de não nominar o prefeito em exercício, para que v.exa., que é do próprio partido, o PDT, possa fazer a saudação.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

É com satisfação que recebemos aqui a visita do vice-prefeito, e prefeito em exercício de Palma Sola, Celito Pedro Três, dos vereadores Moacir Sansigolo, Gilmar Pauletti, o

Márcio Sutili e o Rodrigo Calegari, de Palma Sola, bem como os vereadores, nominados pelo deputado Marcos Vieira, Elandir Zanardi, Arlindo e Dilaine Lazaretti.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense. Sem dúvida nenhuma terão o apoio dos parlamentares nessa luta de muitos anos que a região vem fazendo. Contem com a participação deste deputado e da Assembleia Legislativa, na pessoa do seu presidente, deputado Gelson Merisio.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, assomei à tribuna para solicitar que seja feita uma homenagem à família do vereador Jamico, de Araquari, e acabei desviando o assunto para uma reflexão.

Na verdade eu queria que esta Casa registrasse os nossos sentimentos e encaminhasse - e estou fazendo até o pedido verbalmente - à família um ofício de pesar, em nome do Poder Legislativo.

Este é o pedido que eu faço a v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Muito obrigado, deputado!

Sem dúvida nenhuma enviaremos à assessoria uma solicitação para que seja providenciado o seu requerimento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Ronaldo Benedet, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente e srs. deputados, é uma satisfação assomar à tribuna desta Casa mais uma vez.

Deputado Antônio Aguiar, é uma satisfação vê-lo bem aqui conosco, depois de nascer de novo. É uma grande satisfação e orgulho ver o amigo, deputado Antônio Aguiar, que representa a região norte do estado de Santa Catarina, nesta Assembleia Legislativa.

Temas como saúde, educação e segurança pública predominam neste estado exatamente porque somos um estado de qualidade. Por incrível que pareça Santa Catarina, que é o melhor em segurança pública, é o estado mais exigente nessa área. Santa Catarina é o estado que mais dá assistência à saúde, mas também o mais exigente nessa área. Por quê? Porque a sua população tem os melhores índices de educação, de renda per capita. E por isso a nossa sociedade está cada vez mais esclarecida e mais exigente.

Isso é fruto da democracia, das lutas do nosso partido, deputado Antônio Aguiar, que v.exa. representa como líder de bancada nesta Casa. Esse é o partido que v.exa. ajudou a construir, um partido defensor e guardião da democracia brasileira.

É claro que a questão da droga, do crack, tema que estava sendo abordado pelo deputado Kennedy Nunes, tem sido uma luta deste deputado, que foi secretário da Segurança por quase seis anos. E quero colocar no programa de governo do nosso partido, em nível nacional, isso como uma forma de resolvermos o problema de segurança neste país.

Não adianta só combatermos as drogas, é preciso trabalhar na prevenção primária, ou seja, preparar as pessoas para que não usem as drogas. Qual seria a forma melhor forma, já que somos vizinhos dos maiores centros produtores de droga do mundo? O

Brasil é vizinho dos países que são os maiores produtores de droga e que vivem disso. E o nosso país, estando ao lado deles, geograficamente, obviamente acaba sendo vítima das drogas.

Como vamos nos preparar? Na saúde, no passado, na minha geração, deputado Antônio Aguiar, quando crianças estavam sendo contaminadas pelo vírus da paralisia infantil, foi inventada por Albert Sabin a vacina contra a paralisia, depois veio a vacina contra o sarampo. Enfim nós conseguimos vacinar toda a população, que hoje é isenta de doenças e vírus que causam grandes males.

O que nós precisamos em relação às drogas é vacinar as crianças contra esse mal. E o maior programa de segurança pública que se pode fazer neste país é a instalação de educação integral para as crianças pobres nos bairros, nas regiões em situação de risco social. Teremos, se quisermos diminuir o problema da droga, que investir massivamente em educação.

Esta é a forma que vejo, uma vez que fui secretário e tive uma experiência de quase seis anos em segurança pública. Na história de Santa Catarina ninguém investiu mais do que nós em segurança pública, seja em policiais, viaturas, equipamentos, treinamentos, qualificação, eficiência da polícia, prisões, mas isso não resolveu, porque não resolve atacarmos a consequência. Precisamos fazer a prevenção primária, ou seja, deputado Antônio Aguiar, investir maciçamente em escola integral, colocar a criança que está em situação de risco social na escola desde os quatro anos de idade e entregar um cidadão com uma profissão aos 18 anos. A criança iria a escola de manhã e de tarde e no final de semana faria outra atividade, escotismo, arte, esporte. As crianças seriam colocadas em programas como bombeiro mirim, escotismo, como já falei. Isso dá uma formação de cidadania, prepara o cidadão.

Essa é a segurança que quero ver realizada neste país e neste estado, a prevenção. A vacina contra as drogas terá que se dar na escola, deputada Professora Odete de Jesus. Deve-se ocupar a cabeça das crianças com uma agenda positiva. Isso é o que eu penso. Essa é a minha convicção para resolvermos os problemas da segurança pública neste país e consequentemente neste estado, porque falta pouco na estrutura da segurança, e com um pouco mais nós resolvemos a questão. Mas nós precisamos realmente atuar na prevenção para evitar que centenas e milhares de adolescentes e jovens entrem para o mundo do crime pela via das drogas.

Isso só vai melhorar com a prevenção, a assistência às famílias carentes e a orientação das crianças, adolescente e jovens, com cuidado, carinho e atenção, substituindo a agenda negativa da droga pela agenda positiva da educação, do esporte, da formação, da ocupação, do aprendizado, da profissionalização, das artes, da formação, do ensino do convívio e da cultura da paz.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Com muito orgulho, concedo um aparte ao líder de bancada, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa., deputado Ronaldo Benedet, que representa o sul do estado e toda Santa Catarina, agora candidato a deputado federal.

Quero dizer que esse, sim, é um tema dos mais importantes e, como v.exa. disse, também acho que a educação seja um item importante na prevenção. Sem dúvida nenhuma, é aí que se inicia.

Temos a Segurança Pública que reprime, prende os bandidos, faz com que o traficante vá para a cadeia. E temos também a Saúde, que é isso que quero me referir agora, deputado Ronaldo Benedet.

A Saúde é que vai dar a recuperação ao drogado. E é essa a nossa principal bandeira, para que em Santa Catarina sejam criados centros de recuperação ao drogado, com médicos, enfermeiros, psicólogos e com toda infraestrutura, para que realmente o drogado tenha a sua chance de recuperação.

Parabéns pelo tema, deputado Ronaldo Benedet.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. aborda um tema de suma importância para a família catarinense. E endossando as palavras do brilhante parlamentar líder do PMDB, deputado Antônio Aguiar, nós sabemos que para combater a perda do jovem, a perda do adulto, é a escola em tempo integral.

É o que eu tenho defendido como professora concursada da rede pública estadual: a família precisa de amparo, a família precisa trabalhar tranquila, em paz, com os filhos protegidos em sala de aula.

Recuperando as crianças, nós vamos ter adultos sem problemas, com menos cadeia, menos bandidos. Por quê? Porque muitas vezes as crianças se envolvem em más companhias, vão se enveredando para o crime e assim por diante.

Então, a escola em tempo integral é uma luta nossa, deputado Ronaldo Benedet. Parabéns pelo seu pronunciamento e tenho certeza de que v.exa. traz para esta Casa um tema muito importante.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - As pessoas têm me perguntado como fazer isso.

Para fazer educação integral precisa de recurso. Portanto, defendo, deputado Antônio Aguiar, fazermos uma mudança no pacto federativo. Hoje, dos recursos arrecadados de impostos em nosso país, ficam 65% no governo federal, 22% no governo do estado e 12% no município.

A educação fundamental está a cargo dos municípios, e para colocarmos educação integral precisamos do dobro de recursos, colocar os municípios como nos países avançados no mundo e os estados e a União dividirem em partes iguais a arrecadação de impostos no país: 30% para o município, 30% para o estado e 40% para a União. Assim, vamos ter 150% em educação e saúde, deputado Antônio Aguiar, para aplicarmos nos municípios onde moram as pessoas, para fazermos escola integral, dobrar no tamanho, dobrar o número de professores, para termos uma grade curricular de escola integral, de formação de cidadãos. Dessa forma, vamos mudar o Brasil.

Penso que temos que fazer, depois das eleições gerais, o Brasil passar por uma mudança. E penso que para nos transformarmos no país desenvolvido que queremos, teremos que fazer uma mudança em relação à formação do nosso cidadão. E ela vai passar pela escola.

Mas voltando ao assunto sobre segurança pública, quero dizer que recebi agora, mesmo em meio a toda essa campanha política, a visita de empresas de transporte de Santa Catarina reclamando sobre um aspecto.

Sr. presidente, deputado Valmir Comin, apresentei à Mesa um requerimento, a ser enviado aos secretários da Segurança dos estados de São Paulo e Paraná, eis que os

empresas de transporte catarinense não querem mais trafegar pelo país.

Os motoristas catarinenses saem de nosso estado pelo país afora e têm seus caminhões e cargas roubados, como também os motoristas são assaltados. Esses cidadãos vão para esses estados, têm seus caminhões roubados e nunca mais têm notícias sobre os mesmos. Diferente do que acontece em Santa Catarina, onde a nossa Polícia tem atuação com grandes resultados.

Quando era secretário da Segurança Pública tratava esse assunto com os demais secretários. Mas aumentou a situação de furto de caminhões e cargas, sem que os proprietários tenham o devido apoio. Muitas vezes um caminhoneiro financia um caminhão, mas como não tem dinheiro para fazer o seguro perde tudo. Então, precisamos do apoio dos outros estados e da Polícia Federal.

Precisamos de um programa nacional com competência na legislação de roubos de cargas e caminhões. Competência da Polícia Federal para investigar os estados todos, porque muitos caminhões do nosso estado são perdidos em outros estados e providência nenhuma é tomada. É preciso pensar numa nova comissão parlamentar permanente em relação à questão de roubo de cargas no nosso país, porque aqui em Santa Catarina a nossa sociedade é muito crítica em relação à segurança, que é infinitamente melhor do que nos outros estados do Brasil.

Na região sul nós temos cooperativas de proprietários de caminhões, de carretas, deputado Décio Góes. Isso é um problema para a nossa região, porque nós temos grandes transportadoras, ou transportadores associados em cooperativas, que têm tido grandes prejuízos em relação a essa questão.

Por isso vamos lutar para integrarmos, mudarmos inclusive a legislação federal em relação a essa questão de competência da Polícia Federal para a investigação de roubos de cargas, roubos de caminhões, em todo país, porque há inclusive suspeitas de conluio, de participação de órgãos oficiais nessa questão de roubos de cargas. É uma questão de segurança, é a questão do nosso negócio de Santa Catarina, da renda do nosso estado, que se esvai, que se perde por falta de apoio do Poder Público no resto do nosso país.

Mas estaremos de volta aqui, deputado Antônio Aguiar, depois do dia 03 de outubro, buscando soluções para que possamos continuar sendo um estado de desenvolvimento, de crescimento, graças à descentralização, que é a nossa bandeira, a bandeira do nosso partido, deputado Antônio Aguiar, que deve continuar descentralizando. É o que nós queremos.

Santa Catarina deu certo na descentralização. E temos que descentralizar os recursos, a distribuição da arrecadação dos impostos em nosso país. Nós temos que fazer isso por todo o país. Hoje, os rincões, talvez, os chamados grótes, sejam os que fazem a economia crescer, que são os agronegócios e os minérios. Principalmente o minério de ferro está fazendo o Brasil se desenvolver. Não é a indústria das grandes cidades brasileiras.

Por isso, precisamos descentralizar os recursos, criar uma infraestrutura necessária. O capital humano precisa ter condições de desenvolvimento no interior do nosso país, no nosso Brasil, como Santa Catarina fez. E nós pulamos em todos os índices como um dos melhores estados do Brasil, nos índices de educação, na renda per capita, na segurança, na área de oportunidades, de estradas.

Nós vamos ter em todas as nossas cidades um acesso, exatamente pelo que foi feito pelo governador Luiz Henrique da Silveira na descentralização do nosso estado. O nosso governo descentralizou e criou uma nova forma de governar, que é exatamente essa de fazer com que todos os cidadãos tenham oportunidade por toda Santa Catarina e que todas as cidades do estado possam se desenvolver de acordo com a sua característica, com a vocação econômica e que as pessoas permaneçam ali, para que não se crie bolsões de pobreza nas cidades, como no passado se deixou criar.

Essa também é uma solução que envolve a questão da segurança pública, ou seja, não deixarmos criar nas grandes cidades do litoral catarinense problemas sociais e consequentemente problemas criminais.

Por isso, a descentralização urge no Brasil. Devemos distribuir os impostos, para não ficar concentrado em Brasília 65% e somente 12% no município. É preciso que façamos essa reforma administrativa no nosso país, com a distribuição de recursos: 30% dos impostos nos municípios, 30% nos estados e 40% na união. Daí, sim, estaremos fazendo a grande solução e justiça com Santa Catarina, que é o sexto estado que mais contribui com impostos para o governo federal, mas o 16º em receber de volta.

Precisamos dessa reforma para terminarmos a nossa BR-101, melhorarmos o nosso porto de Imbituba, fazermos uma ferrovia litorânea e podermos dar as condições de desenvolvimento que o nosso estado tanto quer continuar.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ronaldo Benedet.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes na Assembléia Legislativa, a minha saudação.

Em primeiro lugar quero parabenizar o município de Blumenau que hoje comemora 160 anos e justificar a ausência da nossa deputada Ana Paula Lima, que hoje está representando a bancada do Partido dos Trabalhadores nas festividades daquela importante cidade de Santa Catarina. Faço esse registro com muita alegria.

Blumenau é uma cidade progressista, tem um grande desenvolvimento, é um município que orgulha muito todos os catarinenses. É uma cidade que merece todo o nosso respeito e carinho. Parabéns, Blumenau!

Estamos vivendo neste momento um período eleitoral. Fizemos um calendário especial na Assembléia Legislativa e voltaremos às atividades na Casa depois do processo eleitoral, depois de 04 de outubro. Dia 03 de outubro teremos praticamente eleições gerais, quando será eleito o novo presidente ou presidenta; a nova governadora ou governador; os dois novos senadores que irão representar Santa Catarina; a bancada dos deputados federais e a composição da Assembléia Legislativa.

Nós defendemos a continuação das mudanças que estão acontecendo no Brasil, com o fortalecimento do mercado interno, fazendo com que a economia do país se dinamize de tal forma que gere emprego e renda, como no último período, por exemplo, quando gerou 14 milhões de novos empregos no país, o que distribuiu renda e fez o Brasil crescer.

Nós defendemos a continuidade desse projeto capitaneado pelo presidente Lula, com a candidatura de Dilma Rousseff. Em Santa Catarina defendemos um projeto de frente com o governo federal, um projeto que olhe de frente, que caminhe junto, que entre nesse espírito de crescer, de distribuir renda, de olhar para os que mais precisam, enfim, que cuide mais do povo catarinense, com a nossa candidata Ideli Salvatti.

Também queremos eleger senadores que contribuam com esse processo, que apoiem esse momento que o Brasil está vivendo, de crescer, de distribuir renda, que não sejam entraves no Senado. Por isso apresentamos a candidatura de Cláudio Vignatti e João Ghizoni(ok) para defender esse projeto. E queremos eleger, lógico, uma bancada federal importante, grande, que dê sustentação a esse projeto e aqui na Assembléia também uma bancada importante para defender essa idéia de crescer, distribuir renda, melhorar a vida das pessoas, como o presidente Lula está fazendo com o Brasil.

Eu também sou candidato à reeleição, como a grande maioria dos deputados desta Casa. Neste momento conversamos com muitas pessoas, pois nossas agendas permitem esse diálogo mais intenso, quando as demandas afloram com mais intensidade.

O eleitor cobra mais e nós ficamos sem o que dizer para muitas situações que a população nos coloca. Por exemplo, a descentralização não resolveu ainda essa questão da droga, que foi colocada aqui brilhantemente pelos deputados que me antecederam, que é um problema que incomoda demais as famílias, que tira toda a esperança, que desestrutura as famílias. Então, é preciso que haja uma ação mais efetiva sobre isso.

Não dá só para as igrejas e as instituições assumirem essa tarefa que é do estado. E o estado precisa dar guarida, apoio à família. Na maioria das vezes a família faz de tudo e não sabe qual a razão disso. Mas não dá para sair culpando A ou B, é um problema da sociedade essa questão do tráfico, da droga, que acaba atingido as nossas casas, as nossas famílias.

Nós, quando prefeito de Criciúma, fizemos programas que mostraram que dá certo uma educação integral. Os índices de violência e consumo de droga baixaram naquele momento, porque incluímos mais sete mil jovens e adolescentes nos programas esportivos e criamos programas de atividades culturais no outro período da escola, e isso envolveu e formou a nossa juventude com mais firmeza, com várias experiências no teatro, na música, no esporte, na cultura. E assim o governo federal tem feito com os pontos de cultura, através do programa Segundo Tempo. Mas esses programas também devem existir no estado de Santa Catarina, proporcionando atividade sadia a essa gurizada, para que possa ter alternativas que não sejam as drogas.

Em contrapartida, a Epagri e a Cidasc estão, lamentavelmente, desestruturadas, desmotivadas, estruturas essas tão importantes para a agricultura do estado. E esse momento é de reavaliar, de ver quem é que tem mais condições, qual o projeto que sinaliza melhor um bom aproveitamento dessas estruturas.

Também vemos muitas promessas neste momento, como ordens de serviço, extremamente eleitoreiras. Isso dá um desânimo para quem quer fazer política com seriedade.

Em Criciúma, por exemplo, lançaram

a licitação da via expressa. No entanto, algum gênio do governo entendeu que era a melhor obra, mas está lá há 20 anos para terminar o anel viário, pois nós deixamos o projeto de engenharia pronto. Foi feito um trecho neste governo, mas estão faltando R\$ 7 milhões para pagar. Então, no lugar de lançarmos uma nova licitação, vamos pagar esses R\$ 7 milhões, senão, as empresas vão quebrar!

Vão fazer outro trecho de 16 km para terminar esse anel viário, que é extremamente estrutural para a região. Depois, deveriam fazer a outra obra, uma de cada vez, mas estão atropelando tudo, pois começam a obra e não terminam. É assim também com a estrada de Treviso a Lauro Müller.

Eu fui à reunião. E o que dizer para aquela comunidade a respeito de uma obra tão pequeninha, que não tem nem 20km, mas que já leva seis anos? O que dizer para a comunidade? E assim acontece também em Jaguaruna, na esplanada. O que dizer para eles? Era uma promessa, tendo sido dada uma ordem de serviço e terceirizada com a prefeitura de Içara, que vai fazer a base, a terraplanagem, o maquinário e depois contratar a empresa. Se a prefeitura não tem máquinas, como é que ela vai fazer?

Então, fica essa ilusão de que as coisas vão ser resolvidas nesse período eleitoral. Não fizeram em oito anos, não vão fazer agora no período eleitoral. Mas ainda fica isso que não é construtivo.

Assim sendo, precisamos de um projeto sério para os próximos quatro anos. E o apelo que fazemos para a população é que reflita bem neste momento, reflita positivamente, analisando a viabilidade das promessas, a veracidade dos compromissos assumidos, se eles têm viabilidade financeira, sinceridade, para que possam votar bem. E que os próximos quatro anos sejam de desenvolvimento efetivo, de continuidade desse desenvolvimento que o Brasil está tendo e que

possamos dar mais um salto de qualidade em direção a um futuro melhor para os nossos filhos, para os nossos netos e para toda a população brasileira.

Muito obrigado!

Boa eleição para todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0303/2010, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Criadores de Camarão, no município de Laguna.

Em discussão.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o autor, sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, só quero fazer o registro sobre a importância de tornar essa associação de utilidade pública em Santa Catarina. V.Exa. sabe, deputado Décio Góes, como também todos os deputados, principalmente do sul do nosso estado, a importância que teve a criação de camarão para aquela região, até que veio uma praga, a mancha branca, que exterminou praticamente toda a criação de camarão no sul do nosso estado.

No ano passado, nós tivemos a possibilidade de ajudar uma entidade que está sendo criada, a Associação de Criadores de Camarão daquela região, que é presidida pelo ex-prefeito de Laguna, Nelson Abrahão Netto, nosso ex-companheiro de partido, através de uma liberação de recurso do governo do estado, deputado Moacir Sopelsa, para que eles pudessem novamente fazer uma experiência com a criação de camarão. Para surpresa de todos, uma surpresa positiva,

muitos dos ex-criadores de camarão que estavam desanimados tiveram um êxito enorme e começaram com todo o processo de criação de camarão trazendo especialistas, técnicos de outras regiões, não do Brasil, mas do exterior, da Tailândia, do Equador, do Peru, que já criavam camarão e que conviviam com a mancha branca, os quais aprenderam uma maneira de conviver com a mancha branca do camarão.

Então, sr. presidente, a Fapesc tem-se envolvido muito nesse processo de pesquisa. Inclusive, o governo está dando apoio financeiro aos criadouros de camarão, através da Associação dos Maricultores e da própria Fapesc.

Por isso, quero cumprimentar a Associação dos Maricultores de Laguna, através do seu presidente, o ex-prefeito de Laguna Nelson Abrahão Netto, e o governo do estado, mais precisamente a Fapesc, pela iniciativa de dar apoio material, científico e de pesquisa, a fim de que os criadouros de camarão de Laguna pudessem novamente voltar à sua atividade.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 10h52.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2010

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 10h52min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

#### SUMÁRIO

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Solicita reparos nas rodovias catarinenses.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Cumprimenta o presidente e os associados da Ceraça.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Cumprimenta o povo de Porto União, de São Bento do Sul e de Canoinhas.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Refere-se à nacionalização do fio penteado n. 30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0040/2010.

Comunica, também, que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios ns.: 0053/2010; 0070/2010; 0072/2010; 0078/2010; 0084/2010; 0087/2010; 0103/2010; 0111/2010; 0118/2010; 0121/2010; 0124/2010; 0139/2010; 0143/2010; 0145/2010; 0158/2010; 165/2010; 173/2010; 0176/2010; 0202/2010; 0331/2010; 0339/2010; 0354/2010; 0356/2010; 0359/2010; 0360/2010; 0366/2010; 0377/2010; 0392/2010; 0394/2010; 0395/2010; 0411/2010; 0419/2010; 0421/2010; 0423/2010 e 0431/2010.

Comunica, da mesma forma, que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0017/2010; 0031/2010; 0144/2010; 0156/2010; 0203/2010; 0204/2010; 0206/2010; 0216/2010; 0238/2010; 0289/2010; 0312/2010; 0313/2010; 0314/2010; 0316/2010; 0318/2010; 0333/2010; 0334/2010; 0340/2010; 0351/2010; 0362/2010; 0363/2010; 0364/2010; 0365/2010; 0365/2010; 0374/2010; 0375/2010; 0378/2010; 0379/2010; 0381/2010; 0388/2010; 0390/2010; 0396/2010; 0399/2010; 0403/2010; 0404/2010; 0406/2010; 0426/2010; 0429/2010; 0432/2010; 0438/2010; 0440/2010; 0453/2010; 0457/2010, todos de entidades sociais, que encaminham relatórios de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0303/2010.

Não há emendas há redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0484/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0485/2010, de autoria da deputada Angela Albino; 0486, 0487, 0488, 0489 e 0490/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0491/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0492, 0493, 0494 e 0495/2010, de autoria do deputado Chiquinho Zenatti; 0496/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0497 e 0498/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0499, 0500, 0501 e 0502/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0503 e 0504/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0505/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0506, 0507 e 0508/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0509/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0510 e 0511/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Ontem, no meu pronunciamento, levantei esse problema do mau estado das rodovias estaduais na região do norte catarinense em vários municípios, que ainda não estão asfaltadas e sem condições de trânsito.

Então estamos pedindo a melhoria desse sistema e a pavimentação asfáltica desse trecho, principalmente na BR-477, que liga o município de Itaiópolis à Papanduva.

A outra questão contida na Indicação n. 0510/2010, refere-se ao sistema de energia elétrica para os municípios de Itaiópolis e Papanduva, que se apresenta bastante precário. Existem empresas, indústrias, que estão querendo se instalar naqueles municípios e não estão conseguindo devido à má qualidade da energia.

Por isso estamos fazendo essas indicações e pedindo providências...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas as Indicações n.s: 0512/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0513/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0514/2010, de autoria do deputado Ronaldo Benedet; 0515/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica também que defere os requerimentos n.s: 1.025/2010, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, 1.027/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.028/2010, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.029 e 1.030/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 1.031/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.032, 1.033, 1.034/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.036/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 1.037 a 1.050 e 1.067/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.052 e 1.053/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.055 e 1.056/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 1.058 a 1.063/2010; 1.064/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1065/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1066/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência comunica que submete à apreciação dos srs. deputados os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 1.024/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel, ao diretor Regional da Claro no estado do Paraná e Santa Catarina, ao superintendente da TIM, ao diretor Regional Sul da empresa Oi e ao gerente Regional da Vivo, solicitando medidas urgentes visando a instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel, bem como a ampliação da área de cobertura, no distrito de São Miguel da Serra, no município de Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.026/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente de República e ao ministro da Saúde, solicitando apoio integral às reivindicações formuladas pela classe médica à nação, durante o 12º Encontro Nacional das Entidades Médicas, realizado em Brasília. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1035/10, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Banco do Brasil no município de Florianópolis, solicitando que o posto de atendimento onde funcionava o Besc, em Balneário de Enseada, município de São Francisco do Sul, seja transformado em agência do Banco do Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.051/10, de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Banco do Brasil, apelando pela supressão dos custos financeiros dos programas voltados à política social e educacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.054/10, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa Net, solicitando a instalação de serviço de internet em toda a extensão da servidão Isabel João Jacinto, na localidade da Barra do Sambaqui, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.057/10, de autoria do deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem telegráfica às superintendências da Polícia Federal de Santa Catarina e de São Paulo e à secretaria de Segurança Pública de São Paulo, solicitando a intensificação na fiscalização ao transporte de cargas no estado de São Paulo, visando a proteção dos transportadores de cargas do sul de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0069/2010, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares e outros, a ser enviada ao soldado da PM Anderson Murilo Petrikoski, manifestando reconhecimento pela bravura do cumprimento do dever, cuja ação frustrou uma tentativa de resgate de detentos no Presídio Regional de Joaçaba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0070/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e aos membros da Bancada Catarinense na Câmara e no Senado Federal, apelando pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n. 308/04.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0071/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar e aos membros da Bancada Catarinense na Câmara e no Senado Federal, apelando para que seja alterada a lei que concedeu isenção de IPI aos proprietários de taxis, estendendo o benefício também aos proprietários de transporte escolar, quando da aquisição de novos veículos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0072/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, aos coordenadores do Fórum Parlamentar Catarinense e da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, apelando pela criação de um programa de regularização fiscal para as Micro e Pequenas Empresas, enquadradas no Simples Nacional, para que estas não sejam excluídas do Simples.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0073/10, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao defensor público-chefe da Defensoria Pública da União em Santa Catarina, solicitando uma ação civil pública contra o INSS, visando obter liminar para a prorrogação automática de todos os benefícios de auxílio-doença dos segurados que efetuaram e efetuam pedido de prorrogação de benefício nas agências de Santa Catarina, até o término da greve dos peritos médicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0074/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio para a votação de PL que exija dos bancos e dos comerciantes um local adequado, longe dos usuários, para abastecimento de valores nos caixas eletrônicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0107/2010, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário Especial de Articulação Internacional, solicitando informações sobre os municípios que serão beneficiados com a instalação dos núcleos da Academia de Belas Artes de Florença, bem como os critérios adotados na escolha desses municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0108/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre a motivação que levou o governo do estado a baixar o Decreto n. 3.303, de 9 de junho de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0109/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre a instalação da Delegacia da Mulher no município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0110/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, ao ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre a isenção do IPVA, prevista na Lei n. 7.543/88, e estudos para a concessão de isenção de ICMS quando da aquisição de veículos destinados ao transporte escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 111/10, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre a execução da função fiscalizadora prevista no art. 2º da Lei Estadual n. 14.737/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0112/10, de autoria do deputado Antônio Ceron, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Lages, solicitando informações sobre os motivos que levaram essa SDR a não celebrar convênios, até a presente data, uma vez que a secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural já disponibilizou os recursos necessários para a execução dos convênios com diversos municípios catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.068/2010, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Esta Presidência defere de plano.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, hoje foi aprovado aqui o Requerimento n. 1.065 e quero cumprimentar o presidente e os associados da Cooperativa Ceraça - Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Araçá -, no nosso município de Saudades, da qual também sou associado, que já vem completando os seus 35 anos de trabalho e dedicação ao fornecimento de energia elétrica aos agricultores de toda região e que tem cumprido uma função social e econômica importante no município, na região.

Quero parabenizar todos os associados pela direção, por essa trajetória importante desenvolvida na região.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas para registrar que passou por aqui nesta manhã o nosso vereador de Porto União, cidade esta, deputado Reno Caramori, que completa 95 anos. Os nossos cumprimentos àquele povo pujante e trabalhador.

E ao mesmo tempo gostaria de fazer um registro, por se tratar da última sessão antes do dia 3 de outubro, ao nosso município de São Bento do Sul, que também comemora 137 anos, ao qual queremos render as nossas homenagens, bem como ao município de Canoinhas.

Muito obrigado e muito sucesso a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck. E que tenhamos sorte!

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital. Gostaria de fazer uma saudação muito especial à dona Marinalva, lá de Laguna, e às pessoas que assim como ela acompanham esta sessão, neste momento.

Gostaria de cumprimentar, de forma muito especial também, um grupo de empresários, coordenados por um empresário da Guabiruba, cidade próxima ao município de Brusque e que passou, recentemente, por um grande desenvolvimento, que se deve, em primeiro lugar, ao trabalho dos guabirubenses, dos alemães, dos italianos. Inclusive, agora, estão vindo muitas pessoas da Bahia, do Pará, do Paraná e de muitos outros lugares para a região de Brusque, especialmente para a região da Guabiruba.

Essa delegação que esteve aqui hoje, representando empresários do setor têxtil, coordenada pelo sr. Juliano Schumacker, acompanhado na mesma comitiva pelo sr. Ivo Lombardi, o sr. Ulrich Kuhn, vêm trazer uma reivindicação, uma sugestão para o governo, algo muito importante.

Os senhores sabem que Santa Catarina tem seis importantes portos: o de Itapoá, o de Navegantes, o de Itajaí, o de Laguna, o de São Francisco e o de Imbituba. E Santa Catarina é também uma grande porta de exportação de produtos, não só do nosso estado, mas também de Rio Grande do Sul, do Paraná, do Mato Grosso e de outros estados brasileiros, bem como um instrumento para a importação de produtos para diversos segmentos da nossa economia - e um deles é justamente o fio.

Lembro-me que algum tempo atrás esse mesmo grupo de empresários deu uma sugestão ao governo do estado com relação ao fio sintético, também chamado de poliamida, que não é produzido no Brasil. Assim, todo fio sintético que é utilizado no Brasil é importado. E por serem importados, ao serem nacionalizados nos portos catarinenses a taxa era exageradamente alta, como se produzíssemos em algum lugar de Santa Catarina o fio sintético ou como se essa atitude pudesse induzir os empresários brasileiros a produzir o produto sem o fio sintético.

Na verdade o que ocorria era que outros portos brasileiros, como o de Espírito Santo, de Salvador, de Recife e outros, importavam esse fio e depois ele era carregado estrada a fora, em carretas, ocupando estradas, e, naturalmente, chegando aqui em Santa Catarina num preço muito mais alto e fazendo com que o estado perdesse essa oportunidade.

Então, por sugestão desse mesmo grupo de empresários do setor têxtil, como disse anteriormente, do Juliano Schumacker, do Ivo Lombardi, do Ulrich Kuhn e de outros, que o estado comercialize com um valor baixo, com 3% de taxa de nacionalização.

O que ocorreu? Nós passamos a importar todo o fio utilizado em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, enfim, os portos catarinenses passaram a ser um instrumento de importação. E com isso aumentou muito a arrecadação, não só da operação de importação, mas todas as demais operações que decorrem da produção do fio, porque facilitou a sua importação.

Essa delegação hoje está aqui, na secretaria da Fazenda. E tenho certeza de que a secretaria vai entender, como já entendeu, e vai acatar a sugestão para nacionalizar o fio penteado n. 30, um fio fino, delicado, de uma qualidade excepcional. Santa Catarina tem uma empresa que o produz, talvez duas, mas estão longe de produzirem a quantidade de fio penteado n. 30 que Santa Catarina precisa.

De forma que estamos neste momento trazendo essa operação para permitir que se nacionalize esse fio com taxa menor, como os outros estados já estão fazendo, porque se não fizermos isso os empresários brasileiros vão continuar importando fio, vão continuar produzindo o seu tecido e vão buscar lá onde é mais barato.

E tenho certeza de que a secretaria da Fazenda, o secretário e sua consultoria, entenderam bem qual é a sugestão que esses empresários estão trazendo, porque se

diminuirmos a taxa de nacionalização desse fio, que não produzimos aqui, vamos passar a ser como éramos no fio sintético.

Os portos catarinenses passarão a importar o fio daqui, em vez de importar de outros portos brasileiros. E naturalmente estaremos ganhando esse quinhão. E com isso, a segunda consequência, se diminuirmos a taxa de importação, se facilitarmos a entrada do fio, em vez dos comerciantes catarinenses comprarem o produto pronto da China e de outros países asiáticos, certamente o nosso tecido - matéria-prima para um grande número de confecções que temos em Santa Catarina e no sul do país -, tendo a matéria-prima um pouco mais barata, vai gerar mais competitividade à nossa costureira, ao produtor de roupas e certamente melhorará o nível de emprego, melhorará toda a situação econômica, porque vamos agregar valor ao fio aqui dentro.

Já que Santa Catarina produz o fio penteado n. 30 de uma forma muito insuficiente e no Brasil inteiro o volume produzido é insignificante diante daquilo que consumimos, muito melhor do que comprar o produto pronto de outros países é comprar então o fio e agregar valor a ele, ou seja, fazer o tecido e depois produzir a peça, a roupa em si, que será destinada à população.

Então, quero cumprimentar um grande número de empresários que, assim como essa delegação, tem colaborado e trazido sugestões ao governo. E eles certamente também terão as suas vantagens, porque poderão operar com maior quantidade de produtos e até melhorar o seu lucro. Mas o lucro maior será, sim, da própria sociedade, que terá emprego; o lucro maior será do governo, que terá uma arrecadação maior. E com isso poderá prestar o seu atendimento à saúde, à educação, à segurança, aos serviços sociais,

enfim, que é uma obrigação de governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 5 de outubro, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral  
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

#### **ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 29/04/2010**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dez, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior, aprovado parecer exarado a Consulta do Deputado Rogério "Peninha" Mendonça "aposentadoria especial a portador de deficiência". Esgotada a pauta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada à sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 29 de abril de 2010.

\*\*\* X X X \*\*\*

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral  
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

#### **ATA DA 73ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano dois mil e dez, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Luiz Alberto Seccon, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen; Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Ausente, justificadamente, os Drs. Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior e Fausto Brasil Gonçalves. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, em face da ausência da mesma, os processos foram relatados pelo Procurador Presidente. Aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 1762/10, de Sueli Marlene Nascimento e a Consulta Ofício CL nº 518/2010 - 24/08/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital - aquisição de material de expediente e de informática para a ALESC". 2) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1552/10, de Jorge Macuco Junior. 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Processo nº 1573/10, de Ado Steiner, deferido, por unanimidade, a indenização das licenças-prêmio conquistadas anteriormente à Lei

#### **ANEXO ÚNICO**

#### **"ANEXO ÚNICO**

#### **CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO**

#### **PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL - PROFISCO**

(Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008)

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2010	11.633.586,00		554.327,29	554.327,29
2011	23.346.630,00		1.194.453,44	1.194.453,44
2012	25.527.051,00		1.316.864,97	1.316.864,97
2013	8.366.460,00		1.378.882,35	1.378.882,35
2014	1.236.273,00	2.190.937,50	1.395.189,00	3.586.126,50
2015		4.381.875,00	1.329.789,52	5.711.664,52
2016		4.381.875,00	1.242.590,20	5.624.465,20
2017		4.381.875,00	1.155.390,89	5.537.265,89

Complementar nº 316/05, e indeferida, por maioria, vencido o relator, a licença-prêmio conquistada posteriormente à edição da Lei Complementar nº 316/05. 4) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade a Consulta Ofício CL nº 517/2010 - 24/08/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital - aquisição de Switch da Marca CISCO para a ALESC". 5) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, apresentou extra pauta o Processo nº 1728/2010, de Roberson Dornbusch, aprovado parecer por unanimidade pelo indeferimento. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 31 de agosto de 2010. Ata ext.73.10

\*\*\* X X X \*\*\*

### LEI

#### **LEI Nº 15.298, de 8 de setembro de 2010**

Altera o Anexo Único da Lei nº 14.529, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO e estabelece outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 182, de 14 de maio de 2010, e eu, **Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008, passa a vigorar conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de setembro de 2010

Deputado Gelson Merisio  
Presidente

2018		4.381.875,00	1.068.191,58	5.450.066,58
2019		4.381.875,00	980.992,27	5.362.867,27
2020		4.381.875,00	893.792,95	5.275.667,95
2021		4.381.875,00	806.593,64	5.188.468,64
2022		4.381.875,00	719.394,33	5.101.269,33
2023		4.381.875,00	632.195,02	5.014.070,02
2024		4.381.875,00	544.995,70	4.926.870,70
2025		4.381.875,00	457.796,39	4.839.671,39
2026		4.381.875,00	370.597,08	4.752.472,08
2027		4.381.875,00	283.397,77	4.665.272,77
2028		4.381.875,00	196.198,45	4.578.073,45
2029		4.381.875,00	108.999,14	4.490.874,14
2030		2.190.937,50	21.799,83	2.212.737,33
TOTAL	70.110.000,00	70.110.000,00	16.652.431,79	86.762.431,79

" (NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1301, de 13 de setembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 036/2010.

MATR	NOME DO SERVIDOR	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damasco	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1302, de 13 de setembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ANTONIO MARCIO ZUPPO PEREIRA**, matrícula nº 6399, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 8 de setembro de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1303, de 13 de setembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde da servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0687	Maria Inês Catalano	60	25/08/10	1845/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1304, de 13 de setembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **JULIA DA SILVA MILIS SYRACUSE**, matrícula nº 4176, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Executivo de Gabinete da Presidência,

código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, SERGIO LUIZ SEEMANN, que se encontra em fruição de férias por 30 dias, a contar de 03 de setembro de 2010 (Gabinete da Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1305, de 13 de setembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, matrícula nº 6325, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Chefia da Seção de Informação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, IVONE DE FATIMA BONOMINI DE LUNA, que se encontra em fruição de licença-prêmio, a contar de 01 de setembro de 2010 (Diretoria de Recursos Humanos).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1306, de 13 de setembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** o servidor **ADEMIR GASSTMANN**, matrícula nº 1796, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função na Comissão Legal de Avaliação de Bens Inservíveis, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 04 de agosto de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1307, de 13 de setembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0578	Maria de Fátima da Rocha	30	08/09/10	1846/10
5972	Nilo Pacheco	15	08/09/10	1844/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1308, de 13 de setembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JURANI ACELIO MIRANDA**, matrícula nº 2281, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep CESAR SOUZA JUNIOR).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*